

## Você nunca ouviu falar em luta de classes?

José Roberto Cabrera\*

### Introdução

O texto que segue é uma reflexão sobre os principais desafios postos aos partidos, sindicatos, movimentos e organizações da esquerda socialista no Brasil. O grau em que essas organizações se relacionam com o marxismo, em suas várias tendências, é diverso e plural. A diversidade demonstra força e possibilidades. Assim, as linhas que seguem buscam apontar questões que dizem respeito às tarefas que o atual cenário, dominado pela segunda onda neoliberal, põe àqueles que buscam resistir. Nossa avaliação é menos uma tese e mais um roteiro de discussão e nesse sentido é aberto, mas sem perder o rumo.

O modo como a crise do capitalismo se desenvolve e as formas como ele se reestrutura exige respostas contundentes e, ao mesmo tempo, criativas por parte daqueles que se opõem à lógica do capital.

Contraopondo-se à tese do fim história que emergiu com o fim do bloco soviético, Norberto Bobbio (1995) ousou refletir sobre a permanência da distinção direita e esquerda. Naquele momento, resgatando os movimentos históricos que os constituíram, ele sustentava que os princípios norteadores do pensamento de direita e de esquerda mantinham relevância em relação às ideias de igualdade, de liberdade, de justiça, do papel do Estado, da democracia entre outros. Observe-se, entretanto, que desde então, onde quer que as forças de esquerda – dentro da legalidade e timidamente – tentaram mudar as estruturas do Estado burguês, emergiram reações, mais ou menos violentas, em todos os quadrantes.

Minha hipótese geral é a de que as organizações de esquerda (os partidos políticos, movimentos sociais, os sindicatos combativos, as organizações populares, a intelectualidade marxista) ainda não realizaram uma avaliação crítica das experiências pós-revolucionárias europeias. Uma avaliação que fosse, ao mesmo tempo, capaz de produzir reflexões acerca do papel do Estado no período de transição, como também de avaliar os limites da democracia burguesa; das formas de organização política da classe

---

\* Historiador, Doutor em Ciência Política, Unicamp. Professor da Universidade Paulista, diretor do Sindicato dos Professores de Campinas e Região.

operária sob o capitalismo; dos efeitos da mundialização do capital e de suas formas de expansão e, finalmente, da organização estatal sob os auspícios do neoliberalismo.

O não tratamento dessas questões produziu nas organizações de esquerda um movimento de fuga para frente, impulsionado pela crescente institucionalização dos partidos, que obstaculizou a criação de novos instrumentos de luta, assim como consolidou a repetição de práticas inadequadas à nova fase do capitalismo global.

### Cenário

Nas décadas de 1980 e 90 as políticas privatistas neoliberais implementadas, sob os auspícios do FMI e do Banco Mundial, consolidaram um movimento de expropriação dos recursos públicos, seja pelos processos de transferência de empresas e patrimônio para a iniciativa privada, seja pela apropriação produzida pela financeirização da economia que, em escala global, transfere riqueza via Estado para um capital cada vez mais concentrado.

Esse processo obedeceu, em cada país, a ritmos distintos e se submeteu aos arranjos políticos institucionais e sociais possíveis. As novas democracias da América do Sul elegeram governos neoliberais que, inspirados no *chamado Consenso de Washington*, implementaram pacotes de austeridade e desregulamentação com alto custo social que, por sua vez, acabaram produzindo na década seguinte governos relativamente críticos e com forte apelo popular.

Os governos do PT no Brasil podem ser vistos no interior desse movimento. Não é nosso objetivo aqui realizar uma avaliação dos 13 anos (2003-2016) de governos petistas, embora entendamos que esse é um desafio para toda a esquerda, doa a quem doer. Mas o modo como se produziu o golpe parlamentar de 2016, que encerrou esse ciclo, teve e tem efeito sobre a compreensão do funcionamento das instituições do Estado, sobre a configuração das lutas de classes no Brasil e as tarefas socialistas.

Harvey (2011) sustenta que, na atual fase da crise, o capital reacentua seu *modus operandi* original explorando a “acumulação por espoliação” (“*accumulation by dispossession*”)<sup>1</sup>, processo amortecido até a década de 1980 pelas experiências dos welfare states e do bloco soviético. Assim, as políticas neoliberais e ultraliberais explicitam a lógica de apropriação privada do valor, considerando que o valor de troca só existe privadamente, seja no processo direto ou indireto de privatização, seja na

---

<sup>1</sup> Ver debate em Fontes, Virgínia - O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história, 2010, pg 62-74.

destruição da legislação social e trabalhista, cujo efeito imediato é a alavancagem da extração de mais-valia.

Os caminhos do golpe parlamentar no Brasil demonstram isso de maneira inequívoca com as reformas trabalhistas, da previdência e o congelamento de gastos públicos, assim como em outras áreas cuja interface revela seus princípios classistas como o esvaziamento das instituições democráticas, as propostas de reforma política, a reforma do ensino médio, a descaracterização do trabalho análogo ao trabalho escravo.

Esse processo se consolida simultaneamente com as mudanças no regime de exploração do Pré-sal, a retomada do processo de privatização do setor elétrico, a aprovação do novo código nacional de mineração, os perdões de dívida do agronegócio e do setor financeiro (Itaú), amparadas sempre por uma ação seletiva do Judiciário.

No capitalismo quem manda é o Capital. Suas lideranças, apesar das divergências políticas momentâneas, deram mostras de profunda consciência de classe. As várias frações da burguesia, apesar do desgaste evidente das instituições e de suas lideranças, construíram um bloco capaz de garantir o exercício do poder.

#### Os Desafios

Os desafios postos às forças de esquerda na atual quadra do capitalismo no Brasil e no mundo passam por um entendimento do processo como um todo, onde o movimento de valorização do capital se estrutura em ações que limitam direitos e ampliam a exploração. Daí, se faz urgente e necessário unificar as agendas e as lutas num movimento de resistência e retomada do protagonismo.

O calendário eleitoral domesticou as lutas e institucionalizou as disputas dentro de um quadro sob o controle dos partidos da ordem. Essa submissão revela um aprisionamento dos partidos e organizações ao pacto político da Nova República que se rompeu com o afastamento de Dilma Rousseff, indicando os próprios limites dessas disputas. Os partidos que foram governo e se referem à esquerda, como o PT e PC do B, setores social-democratas e nacionalistas do PDT e o crítico PSOL continuam mantendo as eleições como referência e as energias para a construção de alternativas de poder são inversamente proporcionais ao espaço eleitoral que ocupam.

Outros partidos de esquerda como o PSTU, o PCB, o PCO, movimentos sociais, organizações populares, ainda que críticos do sistema representativo vigente, não conseguiram criar alternativas teóricas e políticas ao processo de institucionalização.

#### A questão social e nacional

A mundialização do capital, intensificada sobremaneira no século XXI e articulada pelas instituições multilaterais, recolocou a necessidade de se rediscutir os termos das etapas da revolução socialista. Na maior parte do século XX, os partidos e movimentos revolucionários, de alguma maneira, se orientaram a partir da perspectiva de um processo de transição com duas etapas distintas, uma nacional e democrática e outra socialista.

Embora muitas dessas organizações não façam mais tal distinção do ponto de vista teórico, na prática esse tema ainda tem grande importância, em especial pelo fato que o processo de mundialização do capital estabeleceu limites concretos à possibilidade de projetos nacionais de desenvolvimento, submetendo as políticas sociais e outras de caráter estratégico à lógica operada pelo capital, em especial o financeiro. Muitos governos liderados por partidos e coalizões à esquerda se depararam com a ação articulada das principais potências econômicas e seus operadores no mercado contra qualquer processo de autonomização do desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, a questão nacional assume caráter estratégico se pensada como processo de questionamento da ordem global e ampliação das formas de soberania estatal e não apenas como mecanismo de inserção do Estado em posição mais vantajosa.

No Brasil, por mais incoerente que possa parecer, os neoliberais com apoio dos fascistas de toda a sorte, se apropriaram do verde e amarelo, apelando para um nacionalismo desprovido de conteúdo. Vendem as reservas do país e o submetem à acordos lesivos. Lideram as principais iniciativas de destruição de qualquer forma de autonomia política. Liquidam os bens comuns e destroem as precárias bases do desenvolvimento nacional, comprometendo as escolas, universidades, a pesquisa científica e as possibilidades de superação dos entraves estruturais e o fazem em nome da nação.

O discurso nacional precisa ser requalificado diante disso. As esquerdas não podem abrir mão da defesa dos patrimônios materiais e imateriais do país em função da ação dos inimigos de classe. A nação tem forte apelo emocional e político do qual não podemos prescindir.

#### Desenvolvimento e crescimento econômico

Os sindicatos classistas, alguns movimentos sociais e grande parte dos partidos da esquerda socialista não conseguiram produzir uma ruptura no discurso dominante sobre

economia, revelando um aprisionamento à ideia de desenvolvimento como elemento central para a produção de riqueza e o atendimento das demandas sociais e populares.

Esse debate mantém-se pautado por referências liberais que, dentro da lógica do capital, avaliam a importância do movimento da economia, em especial o PIB, como determinante das estratégias econômicas e políticas. Em certa medida, a experiência dos governos do PT refletiu a imensa dificuldade em romper com estes padrões. Lula e depois Dilma construíram suas ações fundamentalmente amparadas na ideia de ampliação da produção de *commodities* e de investimentos na infraestrutura produtiva e de exportações, como forma de alavancar a economia, gerar empregos e permitir maiores investimentos sociais.

Essa perspectiva tem forte raiz social-democrata ao vislumbrar a constituição, mesmo que informal, de um pacto capaz de manter o funcionamento da economia com ganhos para todos.

A luta sindical também revela a dificuldade no tratamento da questão, particularmente em relação à geração de emprego e aos aumentos salariais, os quais são dependentes diretos, dentro desse modelo, da perspectiva de crescimento da atividade econômica.

Embora essa ruptura implique uma revalorização do trabalho e num questionamento da ordem do capital, essas tarefas não podem ser negligenciadas pelas forças de esquerda. Qual desenvolvimento é adequado às lutas anticapitalistas? O crescimento da economia nos moldes vigentes representa algum tipo de vantagem dentro de uma ótica de esquerda? As forças produtivas são neutras no processo de desenvolvimento? E o papel atribuído às relações de produção? Como pensa-las nessa atual etapa da luta social?

### Ecologia

A problemática do desenvolvimento se vincula diretamente à questão ambiental. O debate sobre meio ambiente e marxismo não foi incorporado pelos partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais. Há uma defasagem teórica com grandes repercussões práticas.

O tratamento dado ao tema pelas organizações de esquerda revela o não entendimento do debate proposto por Marx e Engels sobre o processo de ruptura metabólica verificado entre a sociedade e a natureza decorrente da lógica do capital. Foster (2005) e Burkett (2014) sustentam ser essa ideia central no materialismo

histórico, na medida em que as relações de produção se consolidam a partir de um processo entre o homem e a natureza. Nessa relação, a busca constante e infinita de produção de valores de troca imposta pelo capital produziu uma ruptura nesse metabolismo marcado, até então, pela produção de valores de uso.

O projeto estratégico em Marx teria essa perspectiva em reposicionar esse metabolismo. Para ele,

*A liberdade nesta esfera [o campo da necessidade natural], (...) só pode consistir nisto, que o homem socializado, os produtores associados, governem o metabolismo humano com a natureza de modo racional, submetendo-o ao seu próprio controle coletivo em vez de ser dominado por ele como um poder cego; realizando-o com o mínimo de gasto de energia e em condições mais dignas e apropriadas à natureza humana (MARX apud FOSTER, 2005, 224).*

Os movimentos ambientalistas descolados da perspectiva socialista, as iniciativas governamentais, sob os auspícios da ONU, que buscam conter a emissão de gases de efeito estufa sem enfrentar a lógica do sistema e a esquerda que não incorporou a defesa do meio ambiente como parte da luta socialista estão fadados ao fracasso por não compreenderem o que está em jogo.

Alguns temas novos relacionados à questão energética, ao aquecimento global, à monocultura, aos transgênicos entre outros, não presentes em Marx, foram incorporados ao debate acadêmico sobre marxismo e meio ambiente, mas o tratamento deles ainda é limitado nos partidos de esquerda e no movimento sindical. Alguns movimentos como o MST, o MAB, a CPT e outros que lidam com a questão ambiental já incorporaram e desenvolveram algumas políticas, mas a fragmentação e o economicismo ainda dão a tônica às agendas.

A submissão da natureza aos ditames do crescimento econômico e da questão nacional mantém-se presentes e manifestam uma forte concepção baseada no desenvolvimento das forças produtivas como recurso indispensável à superação dos limites do capitalismo.

O processo de expansão do capital sobre a natureza é contínuo e intenso. Este persegue seus objetivos num processo contínuo de ruptura com o metabolismo homem-natureza, seja na exploração sem limites da força de trabalho ou na utilização da natureza como provedora de fatores de produção não contabilizados (O'CONNOR, 1988), na exploração e esgotamento das fontes energéticas ou nas externalidades

impostas à sociedade, na eliminação dos saberes constituídos, na apropriação privada dos bens comuns ou na contaminação e destruição produzida por essa forma específica de produção e consumo. As forças de esquerda não podem combater o capital apenas em parte de seu processo de autovalorização. E aqui que, a meu ver, se concentram as contradições.

Os sindicatos tratam da questão ambiental de forma segmentada, vista muitas vezes como obstáculo à ampliação da produção, cujos impactos sobre as categorias são sentidos.

Os partidos tratam do tema, mas desde que ele não entre em contradição com os pontos programáticos. A experiência do PT e do PCdoB no governo federal demonstrou que esse é um processo repleto de contradições, na medida em que esses partidos entraram em conflito com diversos movimentos sociais e expuseram as diferenças entre o governo e as instâncias partidárias. Os recentes episódios em torno dos temas que interseccionam meio ambiente e desenvolvimento – como o da aprovação da Lei de Biossegurança, da consequente liberação da plantação e do comércio de alimentos transgênicos, algumas obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), em especial a transposição do Rio São Francisco e Belo Monte e a aprovação do Novo Código Florestal – revelam de forma acentuada tais contradições.

Aqui se encontra um dos maiores desafios à esquerda global: construir espaços capazes de entender que as lutas ambientais possuem caráter estratégico e não uma oposição primitivista ao ‘desenvolvimento’, uma vez que elas se põem na crítica ao modelo de sociedade e da reprodução do capital.

As experiências revolucionárias no século XX tiveram dificuldade no tratamento da questão ambiental por estarem presas à lógica da produção de mercadorias; isso significa que incorporar essa perspectiva à agenda da esquerda implica uma ruptura com as formas dominantes de se pensar o desenvolvimento, a natureza, a produção e o caráter das relações de produção.

Nesse processo de enfrentamento do capital nas atuais condições, a requalificação e adequação do discurso das organizações de esquerda, assim como suas formas de organização e ação, deve levar em consideração as principais contradições e debilidades que o sistema gera e é incapaz de resolver. O discurso em defesa dos bens comuns é um exemplo.

Bem comum

A natureza, a vida, o conhecimento, as técnicas e tudo aquilo que permitiu ao homem habitar o planeta relacionando-se com um ambiente adverso, faz parte de um patrimônio que pertence à toda a humanidade. Quando o cientista Jonas Salk, que desenvolveu uma vacina com o vírus morto contra a poliomielite, apresentou o resultado de sua pesquisa foi inquirido por um jornalista acerca do patenteamento da descoberta e disparou: "*A quem pertence a minha vacina? Ao povo! Você pode patentear o sol?*"

Hoje, as lutas contra o patenteamento das sementes, dos genes, da limitação das formas de conhecimento, da apropriação dos conhecimentos ancestrais, do acesso à água, ao meio ambiente transformaram-se em pautas constantes entre vários povos e movimentos no mundo em contraposição à lógica privatista.

No debate sobre esses direitos, Garret Hardin (1968) publicou na trágica sexta-feira 13, de dezembro de 1968, dia do AI-5, um artigo na revista *Science* nº 162 chamado "The tragedy of the commons". Nele, o autor, fez uma abordagem liberal acerca do gerenciamento dos bens comuns, indicando que como esses bens são, ao mesmo tempo, de todos e de ninguém, vivem no abandono.

Para ele, existem duas formas de evitar a total destruição dos bens comuns pelo uso intensivo: ou a gestão pública pelo Estado ou a privatização dos mesmos. Hardin sustenta que a administração pública desses recursos tende a ineficiência, uma vez que não existem incentivos econômicos e sociais para que os gestores invistam na preservação e ampliação das condições de reprodução desses bens comuns. Desse modo, talvez fosse necessário transformá-los em coisas privadas para que seus proprietários os preservassem, a partir de incentivos econômicos que receberiam ou da cobrança direta ou de mecanismos indiretos.

Essa lógica neoliberal viceja entre muitos e as forças de esquerda deveriam se contrapor de forma radical e articulada em defesa dos bens comuns. As lutas existem, mas elas acontecem de forma segmentada e o debate teórico se apresenta, assim como na questão ambiental, descolado das formulações programáticas. Requalificar a ideia de bem comum e traduzi-lo como expressão do patrimônio coletivo da humanidade e, portanto, fora da lógica do capital, do negócio, é tarefa urgente e necessária numa perspectiva transformadora. As lutas lideradas pelos povos indígenas na América, em defesa das florestas, dos territórios, da cultura, de norte a sul, demonstram o alcance que tais bandeiras podem ter.

## A questão democrática

A arquitetura do poder global exige Estados Nacionais fortes, capazes de regular as condições de reprodução do capital de acordo com seus interesses. As democracias, apesar de seu conteúdo formal e limitado, podem representar ameaças ao funcionamento do próprio sistema e tais contradições devem ser exploradas ao extremo. A ação do atual bloco governista, em todas as esferas do Estado, demonstram na prática o significado disso. Wood (2007) sustentava ser essa uma tendência do capitalismo global liderado pelos Estados Unidos.

A ideia de democracia como governo do povo foi esvaziada na sua forma liberal, reduzida às igualdade formal e ao respeito às liberdades individuais, desprovidas de qualquer conteúdo de classe. A burguesia se consolidou em defesa dessa democracia e usou isso em seu favor na luta contra a ex-URSS, Cuba entre outros.

No entanto, o modelo do imperialismo em escala global parece não ter um convívio adequado mesmo com os princípios da democracia liberal. Entender as limitações dessa forma democracia parece ser uma das tarefas primordiais das forças de esquerda e, ao mesmo tempo, compreender que a defesa de sua ampliação pode potencializar as lutas sociais, já que cada vez mais ela própria se torna incompatível com a lógica do capital.

Lutar pela democracia sem qualificá-la é reconhecer que o capitalismo admite algum tipo de controle social e correção, via Estado, sobre as práticas econômicas e as formas desiguais de apropriação da riqueza. Essa perspectiva permite eventualmente se opor às práticas neoliberais, mas se resume a um horizonte social-democrático de gestão do capitalismo. A conjuntura pode, eventualmente, exigir sua defesa; mas sob uma perspectiva teórica de ação e de mobilização popular, a democracia deve ser qualificada sob pena da esquerda se aprisionar às regras do sistema.

## Aprender com o inimigo

Gostaria de recuperar uma reflexão feita há alguns anos por Atilio Borón que me parece muito atual e promissora diante dos desafios postos à esquerda. Ele sustenta que deveríamos avaliar com atenção a trajetória dos neoliberais. No auge do keynesianismo, nos 30 anos pós segunda guerra, os neoliberais eram minoritários e suas ideias foram sistematicamente estigmatizadas, até que a conjuntura da crise da década de 1970 os colocaram no centro do debate político e ideológico, consolidando sua hegemonia no decênio seguinte. Que podemos apreender com isso? Que não devemos temer em nadar

contra a corrente e buscar, sem sectarismos, formas de intervir no cenário político com uma crítica contundente, mas traduzida em políticas concretas.

Isso nos remete a outro aprendizado: nunca abrir mãos de princípios. A burguesia e seus representantes políticos à direita demonstraram ter forte consciência e solidariedade de classe. Sempre fizeram todo o tipo de compromisso, mas nunca abriram mão de seus princípios de classe. Essa talvez seja a lição mais importante. Por fim, estar sempre preparado para as mudanças. Nada é imutável. Como a única coisa que a direita retrógrada e o neoliberalismo têm a oferecer, como projeto de sociedade, é mais desregulação e violência, não podemos nos assombrar com mudanças repentinas na conjuntura que exijam das forças de esquerda respostas concretas para problemas objetivos. Se quisermos construir alternativas à barbárie, temos que estar preparados para isso.

Movimentos sociais, partidos e outras formas de organização devem buscar construir tais alternativas. Superar a atual fragmentação das lutas deve ser o imperativo da atualidade. Retomar os trabalhos de base, seja na organização das populações pobres das periferias e no campo ou nas lutas econômicas da classe operária, sair da zona de conforto e tornar a pôr os pés no barro pode ser um bom recomeço.

Embora os movimentos sociais em escala global tenham perdido a oportunidade de construir uma nova Internacional, durante as edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, adequada à nova fase de luta contra o capital, isso não significa que a iniciativa não possa ser retomada.

As lutas sociais pelo planeta perderam o espaço de articulação que vinham mantendo durante a primeira década do século XXI. As causas que levaram ao esvaziamento desses fóruns foram muitas e exigem reflexão aprofundada, mas isso deve ser feito num movimento conjunto de retomada, quase como num processo de *trocar o pneu com o carro andando*.

As trocas de experiências, o caráter horizontal das articulações, o fluxo de informações, as formas de mobilização e a busca da construção de consensos são um patrimônio dos movimentos e podem servir de esteio para organizar as lutas sociais nessa nova fase.

#### Conclusão

Nos anos 1980, uma pichação em um prédio público centro de Campinas dizia: “Depois da tempestade, vem a remoção de escombros”. As organizações da esquerda, independentemente de suas orientações, necessitam criar meios de se contrapor à

avalanche neoliberal e neofascista em curso. Assim como num filme de zumbis, é necessário reconhecer os companheiros vivos, se preservar, agir com inteligência e acertar os mortos-vivos na cabeça.

Precisamos recompor nossas forças, criar espaços horizontais para debater profundamente nossas divergências, construir planos de ação e uma agenda unitária, defender radicalmente nossos princípios, organizar e incentivar as lutas das populações que mais sofrem com o avanço do capital, incorporar as pautas ambientais e de lutas em defesa dos bens comuns, criar formas eficientes de comunicação e divulgação de ideias.

Isso já é um bom começo.

Referências bibliográficas:

BOBBIO, N. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BURKETT, Paul. *Marx and Nature*. Chicago : Haymarket books, 2014.

FONTES, Virgínia - *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*, 2010 Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.

HARDIN, Garreth *The tragedy of the commons*. Science nº 162, 1968.

HARVEY, David *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo : Boitempo Editorial, 2011.

O'CONNOR, James. *Capitalism, Nature; Socialism: A Theoretical Introduction*. *Capitalism Nature Socialism: A Journal of Socialist Ecology*. Fall, p. 11-38. out. 1988.

WOOD, Ellen Meiksins *Capitalismo e democracia* In Boron, A.; Amadeo, J. e Gonzales, S. (org.) *Teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2007. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084411/cap18.pdf>